

# O arquipélago cultural brasileiro: a interpretação de Viana Moog

*The Brazilian cultural archipelago: Viana Moog's interpretation*

Maria Eunice Moreira

PUCRS – Brasil



**Resumo:** Análise da conferência de Clodomir Vianna Moog, posteriormente apresentada em livro, sob o título *Uma interpretação da literatura brasileira*, na qual apresenta um sistema interpretativo de núcleos culturais, cuja composição forma o complexo heterogêneo da literatura brasileira, caracterizando um arquipélago cultural constituído por sete ilhas autônomas e diferenciadas.

**Palavras-chave:** Ilhas culturais; Arquipélago cultural; Interpretação; Literatura brasileira; Cultura brasileira

**Abstract:** Analysis of the conference by Clodomir Vianna Moog, to be presented in the book under the title *An interpretation of Brazilian literature*, which presents an interpretive system of cultural nuclei, whose composition forms the heterogeneous complex of Brazilian literature, featuring a cultural archipelago which consists of seven autonomous and differentiated islands.

**Keywords:** Cultural islands; Cultural archipelago; Interpretation; Brazilian literature; Brazilian culture

O nosso dever é dar ordem ao caos e ao pandemônio social do nosso tempo.  
Não podemos continuar a ser exclusivamente críticos, temos que nos tornar orgânicos.

VIANNA MOOG

No dia 29 de outubro de 1942, Clodomir Vianna Moog apresentou na sala de conferências da Biblioteca do Ministério das Relações Exteriores, no Rio de Janeiro, a convite do Departamento Cultural da Casa do Estudante do Brasil e com o apoio do Itamarati, uma conferência que se tornaria antológica entre as análises sobre a cultura brasileira. Intitulada “Uma interpretação da literatura brasileira”, o texto do gaúcho Vianna Moog integrava a programação da Casa que habitualmente proporcionava aos estudantes conferências com intelectuais do Brasil por eles escolhidos sobre temas nacionais. Para avaliar a importância desses encontros, basta citar os conferencistas anteriores a Vianna Moog: Gilberto Freyre, que demonstrou a “Atualidade de Euclides da Cunha” e Mário de Andrade, que fez uma confissão histórica sobre o “Modernismo brasileiro”.

A instituição que o recebia era presidida, na ocasião, pelo escritor Ribeiro Couto, mas foi o professor de Direito Clóvis Ramalhete quem apresentou o palestrante à plateia, constituída por estudantes e ampliada por interessados que acorreram para ouvir a palavra de um homem de pensamento e, em especial, sua interpretação sobre a literatura brasileira, uma vez que sabiam que essa seria também “uma interpretação de ação e de vida”<sup>1</sup>, como se referiu o apresentador. Autor de uma biografia sobre Eça de Queirós, Ramalhete pode ter sido escolhido para a tarefa por suas relações pessoais com o conferencista e por compartilhar com ele o interesse pelo autor *O primo*

<sup>1</sup> RAMALHETE, Clóvis. Prólogo da primeira edição. In: MOOG, Vianna. *Uma interpretação da literatura brasileira*. Um arquipélago cultural. 2. ed. Rio de Janeiro: Antares; Brasília: INL, 1983. p. 15.

*Basílio*, também objeto de estudo de Vianna Moog que sobre ele escreveu *Eça de Queirós e o século XIX*.

Além das questões de amizade e de interesse comuns entre os dois intelectuais, que credenciais apresentava, então, esse homem para ser tão conhecido entre os jovens do Rio de Janeiro? Por que a expectativa de ouvir suas palavras reunia uma plateia tão numerosa? Certamente a trajetória jornalística e política do conferencista oferecia as referências para esse esperado encontro com uma plateia seleta. Nascido em São Leopoldo (RS), em 1908, Vianna Moog formou-se em Direito em 1930 e no mesmo ano participou da campanha política da Aliança Liberal e da Revolução de Outubro, que culminou com a chegada de outro gaúcho, Getúlio Vargas, ao poder da nação. Jornalista, deu combate ao movimento dos tenentes, ou tenentismo, pelas páginas do *Jornal da Noite*. Como integrante da revolução constitucional, foi preso e transferido de Porto Alegre para Manaus, depois para Teresina, mais tarde, novamente para o Amazonas, para o interior do Estado nortista, até que a anistia de 1934 o enviasse para seu Estado natal. Foi nessa movimentação pelo país que começou sua atividade literária. No Amazonas, escreveu *Heróis da decadência*: reflexões sobre o humor, privilegiando as biografias de Petrônio, Cervantes e Machado de Assis, e *O ciclo do ouro negro*, sobre a realidade amazônica.

No retorno ao Rio Grande do Sul, exerceu a função de diretor da *Folha da Tarde* e escreveu *Novas cartas persas*, sobre a situação política por ele vivenciada. Em 1937, com o Estado Novo, lançou o ensaio *Eça de Queirós e o século XIX* e o romance *Um rio imita o Reno*, que recebeu o prêmio da Fundação Graça Aranha, em 1939, o que contribuiu decisivamente para a maior divulgação de sua obra e a expansão de seu nome no Brasil. Nesse mesmo ano, colaborou no *La Prensa* e, como representante do Rio Grande do Sul, proferiu conferências em Montevidéu, na Exposição do Livro Brasileiro, e na inauguração do auditório da *Gazeta de São Paulo*.

Em 1942, quando se apresentou ao organismo estudantil carioca, Vianna Moog era um nome conhecido como jornalista, político e intelectual. Além disso, representava também o segmento contrário à política getulista, o que certamente provocava o interesse maior da classe estudantil, comprometida com ideais de renovação.<sup>2</sup>

O texto lido no Rio de Janeiro – Uma interpretação da literatura brasileira – subtítulo “um arquipélago cultural”, divide-se em onze partes, nas quais o autor apresenta uma visão abrangente da literatura brasileira e, mais do que isso, analisa a peculiar realidade cultural do país. Desconfigurando as abordagens cronológicas sobre a literatura nacional, até então predominantes, redesenha o Brasil através de sete ilhas ou núcleos culturais sem

fechar ou limitar o contorno de cada uma, mas apontando para os contrastes e as diferenças que nelas vislumbra. De cada espaço cultural destaca uma obra ou um autor que a representa ou que expressa seu desenho cultural.

A conferência se abre com uma pergunta objetiva, retomada ao longo do texto e que constitui a trave central em torno da qual o intérprete Moog orientará sua tese. A pergunta “Em que consiste a literatura brasileira?” (p. 16) logo desdobra-se em outras: “Quais os seus característicos e tendências? Constituirá ela uma unidade homogênea? Terá valores estáveis e permanentes capazes de sobreviver às transformações da sociedade contemporânea?” (p. 16).<sup>3</sup> O sentido que busca na literatura brasileira é perfeitamente respondido quando a compara a outros patrimônios nacionais: na literatura francesa, destaca o sentido cartesiano da medida e da clareza que permite aproximar seus escritores; na alemã, observa a natureza filosófico-metafísica que une filósofos e prosadores; na espanhola, acentua o caráter místico cavaleiresco e, na inglesa, o de “sublimação das realidades temporais e espaciais” (p. 7-18). Se é possível estabelecer pontos de referência para essas velhas literaturas, no caso brasileiro não se ajusta a seu caráter a síntese com que identifica outros conjuntos culturais. Aqui, não há uma “unidade homogênea e definida” (p. 18), o que impossibilita aglutinar os escritores do Norte e do Sul, do Leste e do Oeste, em função das diferenças e das particularidades do país. Privilegiar a “análise dos núcleos culturais cuja soma forma o complexo heterogêneo da chamada literatura brasileira” (p. 19-20), através do reconhecimento de “ilhas culturais”, torna viável a compreensão do fenômeno brasileiro. As ilhas constituem conjuntos mais homogêneos e definidos, unidades à parte no conjunto maior, capazes de perfazer o múltiplo arquipélago cultural brasileiro.

Com essa perspectiva, define sete ilhas culturais e inicia a leitura da conferência pela primeira ilha – a

<sup>2</sup> Nesse mesmo ano, Vianna Moog viajou para os Estados Unidos, a convite da Guggenheim Foundation, onde permaneceu oito meses, escrevendo para o *New York Herald* e revistas americanas. Mais tarde, voltou novamente aos Estados Unidos e lá permaneceu no período de 1946-1950, servindo na Delegacia do Tesouro Brasileiro em Nova Iorque, onde começou a redação de uma biografia sobre Abraham Lincoln. Em 1945, foi eleito membro da Academia Brasileira de Letras, ocupando a cadeira de outro escritor gaúcho, Alcides Maya. Em 1950, foi nomeado representante do Brasil junto à Comissão de Questões Sociais da ONU. Em 1952, foi eleito pelo Conselho Interamericano Cultural como representante do Brasil na Comissão de Ação Cultural da OEA. Voltou novamente à ONU, em 1961 e em 1963 foi eleito para integrar o Conselho Superior do Instituto Internacional de Pesquisa para o Desenvolvimento Social, com sede em Genebra. Em setembro de 1969, renunciou ao mandato na Comissão de Ação Cultural da OEA e aposentou-se como fiscal do imposto de consumo. No seu retorno ao Brasil, integrou o Conselho Federal de Cultura. Faleceu em 15 de janeiro de 1988, no Rio de Janeiro.

<sup>3</sup> Todas as citações são retiradas da edição citada na nota n. 1. Para facilitar, citarei apenas a página de onde são retiradas as expressões marcadas entre aspas.

Amazônia. Formada pelos dois maiores estados, o Amazonas e o Pará, e por recortes de mais de seis países, a região é de difícil configuração, sobretudo porque nela interferem sistemas diferenciados: montanhas, rios, florestas que compõem um espaço tido como infinito. Diz Moog que só num “planeta pequeno como a Terra [haveria] lugar para a imensidade cósmica do vale amazônico” (p. 20). Complexa pelos seus labirintos, pelos seus silêncios, mas também por suas vozes misteriosas, a Amazônia é um espaço em que “sente-se o homem permanentemente sobressaltado pelo terror cósmico” (p. 21). Sua literatura, seja ela produzida por escritores autóctones, de outros estados ou estrangeiros, será sempre impregnada desse tormento cósmico. Euclides da Cunha sucumbiu a esse sortilégio, provocando-lhe interrogações sobre a região. Ele, porém, não é o único a ser tomado por essa força: cronistas, geólogos, historiadores, botânicos, etnólogos e outros, numa lista que vai de Wallace a Humboldt, de Alexandre Rodrigues Ferreira a Gonçalves Dias, de Inglês de Sousa a Tavares Bastos, de Alberto Rangel a Gastão Cruls sofreram o impacto de tal grandiosidade. Todos, sem exceção, pagaram um tributo cósmico à região e dela praticamente não se livraram. A Amazônia assume a conotação de espaço original, de lugar primordial e fundador da cultura nacional, cuja natureza primeva envolve o homem e seus sentimentos. Espaço mítico, na visão de Moog, ela se compara à perdida Atlântida e deixa marcada na pele de seu habitante sua sedução e seus sortilégios.

A segunda ilha, o Nordeste, ao contrário da Amazônia, apresenta uma larga extensão de terra, mas não tem a onipresença da primeira. Somente na época da seca a terra se torna maior do que o homem, mas basta que caiam as primeiras gotas de chuva, o nordestino acomoda-se novamente à terra, sem o desejo de fuga que predomina na região amazônica. Por isso, no Nordeste há a literatura da seca, cujos intérpretes são José Américo de Almeida, Graciliano Ramos e Raquel de Queirós. O caráter que distingue essa ilha cultural é o social: ao mesmo tempo de senhores de engenho e de proletários, com Joaquim Nabuco e Oliveira Lima, ela é solidária com párias e oprimidos, na voz de José Lins do Rego e de Graciliano Ramos como também pode ser aristocrática e popular, citadina e sertaneja com Gilberto Freyre. Por não trocar “o seu Nordeste pelos esplendores de nenhuma civilização” (p. 26) e fazer dele o laboratório de suas investigações, Freyre é o melhor representante dessa ilha cultural.

Se predomina no Nordeste o pendor social, na terceira ilha, a Bahia, ao contrário, há uma separação pela ausência desse traço. A literatura baiana é “antes uma literatura de eruditos, de humanistas, de diletantes, do que uma literatura de finalidades sociais e orgânicas” (p. 26). O interesse pela novidade europeia, presente entre os

baianos, a formação religiosa de seus filhos, realizada nos colégios dos jesuítas, a fartura e o dinheiro decorrente da escravidão negreira, afastaram os habitantes da realidade social do Nordeste que nela se incrustava. Às vezes, um nome como Pero Vaz de Caminha e, na atualidade, Jorge Amado ou Pedro Calmon, retomam as tradições do século XVII para escrever sem rebuscamentos, mas a alma baiana é erudita. Mesmo em Castro Alves que parece ser um filho do Nordeste menos do que da Bahia, o *genius loci* é o eruditismo. Esse elemento encontra-se de tal forma impregnado que se manifesta em todas as suas realizações:

na eloquência de seus oradores, na riqueza de suas igrejas, no estilo de seus escritores, na *féerie* de suas festas de arraial, na sabedoria dos seus polígrafos e sobretudo na ciência e na cultura de Rui Barbosa, a própria iconografia da cultura baiana. (p. 28)

O caráter nacional, moldado nas contingências da sociedade patriarcal, latifundiária e escravocrata, foi responsável por muitas das mazelas atuais vivenciadas no Brasil. O descompasso dessa realidade leva à desconformidade dos indivíduos com as tarefas, os ofícios e as funções em favor do pedantismo e da suficiência, condições que trazem resultados prejudiciais ao país que se viu assim incapaz de alcançar um estilo de vida mais condizente com as exigências da contemporaneidade. Tal traço não se revelou de maior peso, na história nacional, porque foi atenuado, na Amazônia pelo elemento telúrico, no Nordeste, pelo caráter social e, em Minas, pela sua geografia.

Na análise da ilha cultural mineira, constata nela a presença irredutível dos elementos geográficos. A geografia desse espaço, suas precisas delimitações montanhosas, a individualidade dos municípios, “separados uns dos outros por antemurais de granito, vivem vidas à parte” (p. 31). Por essa razão, o municipalismo que se encontra no âmago da história de Minas daria ao seu habitante o caráter municipal. O filho de Minas é antes de tudo um homem do seu município e esse traço lhe garante a individualidade e seus atributos: introversão, ensimesmamento, pouca mobilidade. Ao mesmo tempo que semantiza o municipalismo por esses componentes, explicita o sentido que lhe atribui: “inaptidão para o proselitismo e de despreocupação pelo destino e finalidade da arte” (p. 32). Inconfidência e supervalorização da cultura movimentam a literatura mineira, desde os árcades, como Cláudio Manuel da Costa e Tomás Antônio Gonzaga, ou na poesia contemporânea de Carlos Drummond de Andrade ou na prosa de Ciro dos Anjos.

Diametralmente oposta à de Minas é a literatura de São Paulo marcada pelo bandeirantismo. Se os mineiros são avessos ao proselitismo, os paulistas nele investem,

transportando para a arte o sentido das antigas bandeiras. Os movimentos de interioridade, que partiram do planalto paulistano para ampliar os domínios da pátria nascente, concederam a São Paulo a índole de expansão e a vontade de estender por todo o Brasil as ideias por eles propagadas. Jeca Tatu, que numa primeira leitura poderia representar o contraponto a essa ideia, decorre, na opinião de Moog, dessa formação: mal os paulistas percebem as condições que retardam a marcha do país, logo lhe minam a saúde e abalam-lhe o caráter. Nasce daí o símbolo do Jeca Tatu que se espalha pelo país como os símbolos de outras nacionalidades literárias: Ulisses, Hamlet, Dom Quixote. E Jeca Tatu deve perdurar até que sejam outras as condições sociais do Brasil. Dimensão de grandeza idêntica Moog concede à Semana de Arte Moderna. Depois da realização desse evento, não apenas tudo se modificou no Brasil como a Semana acelerou todos os procedimentos nacionais. Transformações que demoravam muito para serem efetivadas, passaram a ter mais celeridade e consumaram-se em poucos anos efeitos que levariam muito tempo para serem obtidos. Para Moog, a Semana de Arte Moderna funciona como um verdadeiro divisor das águas que, desde Vieira, passando por Tobias Barreto e Rui Barbosa, movimentaram o cenário brasileiro, permitindo que os lugares antes consagrados desses escritores fossem abalados pelas inovações propostas pelo grupo de paulistas.

Chegando à ilha cultural do Rio Grande do Sul, terra de seus antepassados e de seu nascimento, é justificável que a ela o conferencista conceda um pouco mais de espaço e advogue o direito de algumas considerações pessoais. A primeira questão que propõe aproxima seu estado de outra região – a Amazônia – também muito sua conhecida. O Norte diferencia-se do Sul, pois lá, enquanto “o homem vive constantemente exposto aos assaltos do terror cósmico” (p. 36), no Rio Grande, pelo menos na parte que se tornou geograficamente mais conhecida, a terra tranquiliza os sentidos e nela o habitante comunga com a natureza, numa devoção quase panteísta. A própria utilização da forma verbal “comunga” expressa a relação pacífica entre homem e natureza. Enquanto no Norte a geografia é dominante sobre o homem, na campanha sulina, ambos usufruem de um espaço com conotações idílicas:

Neste cenário virgiliano de pastores e rebanhos o homem alonga o olhar em derredor e não encontra obstáculos intransponíveis a barrar-lhe a paisagem; grita e a voz não lhe é devolvida, provocante e escarminha, no eco das montanhas. (p. 37)

A influência do meio acaba por plasmar um tipo especial, do que resulta igualmente a organização social. Tal organização, baseada na igualdade entre os habitantes,

desconsidera hierarquias e posições econômicas e acaba por forjar o mito da democracia campestre, em que patrões e empregados desfrutam de idênticas condições. Igualmente, é dessa relação que emanam as atividades peculiares do território rio-grandense, representadas pelas lides do pastoreio:

Enfeitiçado pela terra assim como respeita e acata a organização social a um tempo democrática e autoritária das suas fazendas e estâncias, ama a natureza de trabalho que lhe corresponde e ao qual ele se dedica com a graça e a agilidade de quem pratica um desporto. (p. 37)

Fechado em seu meio, dele retirando as condições de sua sobrevivência e nele forjando os valores que o definem, o habitante desse lugar desenvolve as marcas que singularizam tal núcleo cultural. São elas o individualismo, o narcisismo e, por vezes, o caudilhismo, considerado uma exacerbação do espírito individual e dominador. Daí a literatura regional, expressão acentuada no Rio Grande, enfatizando os temas particulares da vida pastoril: o rodeio, a doma, o entrevero, o combate, capazes de realçar as qualidades morais de seus habitantes: a bravura, o estoicismo, a morte em combate. As obras de Simões Lopes Neto, Darci Azambuja e a poesia de Vargas Neto constituem manifestações do “coração do homem da campanha” (p. 37), falando a eles e esgotando todas as aspirações imaginárias de seu meio.

Conhecedor do ambiente e zeloso de suas coisas, vivendo indiferente às realidades de mundos que lhe são estranhos, o rio-grandense engloba todos os que lhe são estrangeiros sob a designação de *gringo*. A divisão é binária: de um lado, estão os patrícios, os que pertencem ao mesmo círculo; de outro, os gringos, aqueles que não se incluem na roda cultural conhecida pelos homens do Sul. Se o círculo se alastra e a diferença dá-se entre brasileiros, a divisão é igualmente binária, mas a semântica torna-se distinta: gaúchos são os daqui, os que ficam dentro dos limites da campanha; baianos, os demais, os que para além de Santa Catarina não se enquadram no espaço gauchesco.

Ao analisar a formação da sociedade gaúcha e as condições de vida nessa região, Vianna Moog oscila entre a deferência aos seus conterrâneos, quando reconhece neles um ar de superioridade que os afasta dos demais, mas não teme tecer críticas ao padrão econômico da província rio-grandense que, desconsiderando as transformações econômicas por que passou o Rio Grande, modificou também os usos e os costumes regionais. Novos contingentes imigratórios, como os alemães, da qual provém a família Moog, provocaram mudanças significativas nas relações patriarcais, dando lugar a um tipo de família europeia, isolada e privatista, diferente

daquela que, nos tempos passados, agregava os estancieiros, sua família e seus empregados. Na confluência entre a imigração açoriana, alemã e italiana, formou-se uma nova cultura, mais voltada para o universal do que o regional, que assinala a atividade do núcleo cultural rio-grandense, na contemporaneidade.

Segundo Moog, coube a Gilberto Freyre, em *Uma cultura ameaçada*, expor o velho tronco de formação da cultura luso-brasileira e chamar a atenção do gaúcho para as novas realidades que o cercavam. É nessa ordem renovada que surge o político Lindolfo Collor e, no plano literário, a obra de Erico Verissimo. Erico, amigo pessoal de Vianna Moog, é valorizado pela simpatia que manifestou em reação às influências literárias anglo-americanas, em detrimento à tradição exclusivamente latina de Augusto Meyer, Sousa Júnior e Alcides Maya,<sup>4</sup> esse último oscilante entre o universal e o regional. Na relação de escritores do núcleo rio-grandense, inclui ainda o historiador João Pinto da Silva e o crítico Paulo Arinos (pseudônimo de Moyses Vellinho), universais nas concepções, mas ainda presos ao terrunho na escolha dos motivos. A proximidade com esse círculo e as relações de amizade com eles travadas concede a Vianna Moog a licença para incluir no grupo o nome de Álvaro Moreyra não por nele falar mais alto o espírito sulino, mas por reconhecer o valor do poeta e do orador que, deseioso de riograndizar o Brasil, acabou por “tornar-se um dos mais altos expoentes do núcleo cultural da metrópole” (p. 40).

Reservando para encerrar sua conferência com a avaliação da ilha cultural do Rio de Janeiro, Vianna Moog tece comentários extremamente críticos em relação à posição que o Rio de Janeiro ocupa como grupo cultural representativo da capital do Brasil. Pela situação de que desfruta, esperava encontrar nele o grupo mais forte, o de expressão mais pujante e de maior influência na literatura brasileira. No entanto, a expectativa de que da capital irradiassem os grandes movimentos culturais não se consolida e o Rio vê-se na contingência, em virtude de não ser um estado fortemente centralizado, de “viver permanentemente subordinado e em função dos núcleos culturais de província, a mercê ora de São Paulo, ora de Minas, ora do Rio Grande do Sul” (p. 40). O ar metropolitano que a capital deveria propagar para as demais províncias é secundário, pois falta-lhe “o estilo imperial, a arrogância cartaginesa, a convicção da sua supremacia” (p. 40). Incapaz de vivenciar a pujança política, pois que tolhido na sua originalidade e nas suas possibilidades imperiais, ao carioca resta apenas produzir uma literatura de costumes e assumir o tom irônico resultante do sofrimento dessa posição secundária.

Provêm dessas condições o drama e a ironia de Machado de Assis: não foi por incapacidade que Machado

não obteve significação política maior, mas a causa deve ser buscada em raízes políticas, sociais e culturais mais profundas que fazem com que escritores como Lima Barreto e Marques Rebelo “preferam a crônica, o conto e a crítica sem fins de pregação a qualquer outro gênero literário” (p. 42). A observação de Vianna Moog, severa no que se refere aos escritores do Rio de Janeiro, encontra fundamento em seus próprios estudos anteriores: Machado de Assis já fora objeto de análises quando escreveu *Heróis da decadência*, seu primeiro livro de crítica, publicado em 1939. Machado é o homem que “rigorosamente limita o âmbito de suas manifestações”<sup>5</sup>, é aquele que se mantém “afastado da luta que lhe vai em derredor”, não porque não tem ideias ou posições, mas porque persegue o ideal de estar “ausente dos motins políticos e das barricadas literárias”, como demonstração de uma personalidade cuja luta se dá no âmago interno e não pelo exercício da palavra pública. Isso significa que não lhe faltava campo para investigações na sociedade, mas sobrava consciência para o homem ao qual o “pugilato das ideias era muito pior que o das ruas”, como cita Moog (p. 123).

Ao paradoxo de ser a capital do país mas não expressar social e culturalmente o lugar de destaque que lhe cabe, o Rio vivencia outra contradição, o que acentua ainda mais o desajuste apontado por Moog: enquanto o Rio não acredita em si mesmo, as províncias teimam em subordinar-se a seus julgamentos. Sem passar pelo aval da metrópole, a cultura gerada pelas províncias não tem validade e não pode, por isso, ser reconhecida pelo resto do Brasil. Em outras palavras: se o poder de criação carioca inexistente, sua força encontra-se na validação que oferece às mensagens das províncias.

Ao encerrar a conferência, Vianna Moog reafirma que as sete ilhas culturais podem ser vistas como as sete chaves da literatura brasileira, ou melhor, diz ele mesmo, não só da literatura, mas da sociologia. Apesar dessa afirmativa, reiterada ainda ao longo da conclusão do texto, o intérprete-sociólogo deixa claro que elas não são as únicas realidades e as causas específicas dos fenômenos sociais. No mundo social, os raciocínios e as leis do mundo mecânico não se ajustam exatamente, pois que não funcionam em relação de causa e efeito. As sete ilhas do arquipélago cultural têm a função de proclamar as realidades brasileiras, através das quais os fenômenos sociais, históricos, econômicos, políticos e literários se aclaram por si mesmos. Possibilitam essas ilhas explicar ou ajudar a entender as lutas separatistas como as rivalidades nos domínios das letras; os movimentos internos da literatura nacional como o indianismo ou

<sup>4</sup> Eleito para a Academia Brasileira de Letras, em 1945, Vianna Moog ocupou a cadeira n. 4 do gaúcho Alcides Maya.

<sup>5</sup> MOOG, Viana. *Heróis da decadência*. Petrólio/Cervantes/ Machado de Assis. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964, p. 123.

o modernismo em São Paulo; a solidariedade entre os escritores do Nordeste como o individualismo dos escritores do extremo Sul. São esses núcleos os responsáveis pela fisionomia que toma o brasileiro e respostas plausíveis aos comportamentos culturais dos brasileiros, isto é, os motivos pelos quais agimos como cidadãos. Só vinculado ao seu grupo, o homem pode se realizar, pois fora dele, corre o risco de se corromper, de transformar a realidade em mera utopia. A literatura brasileira que se prenuncia deverá reunir o caráter de cada núcleo cultural telúrico, como o amazônico; social, como o nordestino: erudito, como o baiano, humanístico, como o de Minas; bandeirante como o paulista; regional e universal como o rio-grandense, temperado pela ironia da metrópole. Só assim, a literatura será verdadeiramente brasileira e humana.

Com essa profissão de esperança, depreende-se que para Viana Moog a literatura brasileira deve conter elementos de todas as regiões e revelar ao Brasil as particularidades de cada núcleo cultural. É nesse tecido complexo e, ao mesmo tempo peculiar, que o autor entrelaça história e literatura, buscando na primeira a concretude dos fatos e das situações e, na segunda, a criação que garante seu estatuto.

Do texto de Vianna Moog ressaltam tópicos importantes para a discussão do fenômeno literário da contemporaneidade, quando teorias de natureza sistêmica colaboram para a compreensão e avaliação dos fenômenos sociais. A proposta assentada na trave das ilhas culturais é extremamente contemporânea, setenta anos depois da sua elaboração. Fugindo da cronologia que até imperava nos estudos históricos sobre a literatura, Moog estabelece um diálogo com as condições sociais, históricas e econômicas de cada conjunto, para conhecê-lo melhor e explicar as particularidades das produções de cada núcleo. Isso, porém, não transforma o núcleo em um sistema fechado, incapaz de se relacionar com o outro, mas revela outra face inovadora de sua abordagem: para além dos limites do meramente literário, atinge também o ensaio crítico, seja ele de natureza literária ou sociológica, o periodismo, a oratória, pois Moog sabe que a literatura não se realiza sem o apoio desses recursos, sendo ele próprio o exemplo de que o texto estabelece relações com outros subsistemas culturais.

Outro aspecto é digno de nota: Moog tem consciência de que a interpretação realizada está longe de abarcar a totalidade das produções literárias que circulam pela nação brasileira, mas afiança que as existentes (e não citadas em sua leitura) podem ser acobertadas por uma ilha cultural das mencionadas. É essa mesma que possibilita a Moog transitar por períodos históricos e literários distintos (do colonial ao Modernismo), sem se preocupar em acomodar o autor citado em uma faixa temporal definida.

A mobilidade temporal permite citar autores situados em temporalidades muito distintas o que consiste em outro acento contemporâneo (de hoje) da sua leitura.

A disposição em interpretar a literatura brasileira e, em especial, em propor a tese das ilhas culturais não encontra paralelo na história da literatura brasileira, na qual predominavam organizações de caráter histórico ou cronológico, seja com Silvio Romero, José Veríssimo ou Ronald de Carvalho. À experiência política que o alijou de seu estado, o Rio Grande, para levá-lo aos confins mais distantes do Brasil, Vianna Moog respondeu com uma interpretação de natureza sociológica que reconhece as diversidades regionais e faz delas o sustentáculo para a formação do arquipélago nacional.

A escolha desse tema para proferir a conferência para os estudantes, no Rio de Janeiro, em plena ditadura de Vargas e em período de guerra, quando os ânimos estão exacerbados e absolutamente sensíveis, apresenta-se como uma atitude política do conferencista, sobretudo porque ele falou menos – ou quase tanto – de história e de sociologia do que propriamente sobre o patrimônio literário nacional. Ao interpretar a literatura, Moog interpretou a realidade brasileira, sua gênese, os problemas da formação nacional, colocando-se, assim ao lado de análises mais amplas realizadas por Sergio Buarque de Hollanda, por exemplo. Fica, porém, evidente em sua avaliação que o sociólogo Gilberto Freyre, citado ao longo da conferência, orienta muitas de suas formulações e que o conferencista com ele se ajusta nos fundamentos propostos.

Clóvis Ramallete, ao apresentar Vianna Moog aos estudantes, profeticamente vislumbrou que *Uma interpretação da literatura brasileira* seria “sempre uma interpretação de ação e de vida, jamais uma classificação em esquemas mortos ou um mergulho no abstrato” (p. 15). Tinha razão o ilustre mestre: viva, atual e crítica essa interpretação torna-se renovada, a cada leitura, ainda que passados quase setenta anos de sua apresentação na Casa do Estudante, no já longínquo ano de 1942, quando o Brasil vivia sob o temor da guerra que sacudia a humanidade e o medo da ditadura que abalava a sociedade brasileira.

## Referências

MOOG, Vianna. *Uma interpretação da literatura brasileira*. Um arquipélago cultural. 2. ed. Rio de Janeiro: Antares; Brasília: INL, 1983.

MOOG, Viana. *Heróis da decadência*. Petrólio/Cervantes/Machado de Assis. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.

Recebido: 10 de agosto de 2011  
Aprovado: 21 de setembro de 2011  
Contato: maria.eunice@puccs.br